Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

~~I— Governança pública — conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;~~

~~II— Integridade — alinhamento consistente de comportamentos e de condutas a valores e princípios éticos, morais e legais, constituindo uma cultura focada na honestidade, na imparcialidade e na confiança;~~

~~III— Integridade pública — alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse público em relação ao interesse privado no setor público;~~

~~IV— Compliance — à identificação, ao enquadramento e à manutenção da conformidade legal e regulatória, consolidando-se por meio da instituição de atos e procedimentos que tenham como atributos a clareza, a objetividade e a probidade;~~

~~V— Risco — efeito da incerteza nos objetivos a serem atingidos pela instituição;~~

~~VI— Gestão de riscos — processo estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que consiste em identificar, analisar, avaliar e mitigar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;~~

~~VII— Processo de avaliação de riscos — método ou procedimento global de identificação, análise e avaliação de riscos;~~

~~VIII— Plano de ações de integridade — conjunto organizado de medidas, atos e procedimentos estabelecidos para garantir a mitigação de riscos e a consolidação da cultura de integridade a ser executado por meio de Programa de Integridade;~~

~~IX— Programa de integridade — conjunto estruturado de diretrizes e medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta;~~

~~X— Canais de comunicação — meios utilizados pela SEMOB para manter contato com servidores, colaboradores e com a população, a fim de propagar os valores e consolidar a cultura de integridade; e~~

~~XI— Alta administração — Secretário de Estado, Secretários Executivos, ou cargos de natureza equivalente.~~

Art. 3º A Política de Integridade tem como objetivo identificar e divulgar os valores, princípios, normas e diretrizes da SEMOB para o desenvolvimento do seu Programa de Integridade.

§1º O incentivo e apoio ao desenvolvimento e aprimoramento de ações visando à instituição e manutenção de comportamento e de conduta alinhados a valores e princípios éticos, morais e legais são premissas da política de integridade da SEMOB e atuam no sentido de consolidar e disseminar as boas práticas de governança.

§2º O Programa de Integridade Pública da SEMOB visa promover a adoção de medidas destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes, atos de corrupção e demais ações incompatíveis com a função pública.

Art. 4º São princípios da Política de Integridade Pública da SEMOB:

~~I— Legalidade;~~

~~II— Impessoalidade;~~

~~III— Moralidade;~~

~~IV— Publicidade;~~

~~V— Eficiência;~~

~~VI— Interesse Público;~~

~~VII— Boa Governança;~~

~~VIII— Dignidade;~~

~~IX— Integridade;~~

~~X— Ética;~~

~~XI— Transparência;~~

~~XII— Boa-fé; e~~

~~XIII— Segregação de Funções.~~

Art. 5º São valores da SEMOB a serem aplicados na sua Política de Integridade Pública:

~~I— Honestidade;~~

~~II— Humanidade;~~

~~III— Cortesia;~~

~~IV— Cooperação;~~

~~V— Comprometimento;~~

~~VI— Inclusão; e~~

~~VII— Integração.~~

Art. 6º A Política de Integridade Pública da SEMOB tem como diretrizes:

~~I— Incorporação de padrões elevados de conduta, ética e probidade nas relações pessoais e organizacionais, visando à criação de um ambiente de confiança e integridade, e à melhoria da prestação dos serviços;~~

~~II— Promoção do alinhamento institucional aos conceitos, valores, princípios e normas estabelecidos;~~

~~III— Atuação dos dirigentes, servidores e colaboradores com base na conformidade legal e em boas práticas de governança;~~

~~IV— Capacitação permanente dos servidores e colaboradores em relação aos temas afetos à integridade pública, com o objetivo de alcançar a excelência na prestação dos serviços públicos;~~

~~V— Redução das vulnerabilidades organizacionais, utilizando-se, entre outros, dos procedimentos de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos de integridade;~~

~~VI— Fortalecimento dos canais de comunicação interna e externa; e~~

~~VII— Consolidação de uma cultura de integridade que envolva a disseminação de informações, práticas, fatos relevantes que destaquem o comportamento ético e de integridade funcional e institucional e resultados auferidos.~~

Art. 7º Compete à Secretaria Executiva ser a unidade responsável pela implementação e acompanhamento do Programa de Integridade da SEMOB, tendo as seguintes competências:

~~I— Coordenar a elaboração e revisão periódica de Programa de Integridade e submetê-lo à aprovação do Comitê Interno de Governança Pública da SEMOB;~~

~~II— Coordenar a estruturação e execução do Programa de Integridade na SEMOB e exercer o seu monitoramento contínuo, visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;~~

~~III— Orientar ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade na SEMOB, com a colaboração das demais unidades;~~

~~IV— Promover outras ações relacionadas à implementação, à disseminação e à divulgação do Programa de Integridade, em conjunto com as demais unidades da SEMOB; e~~

~~V— Manifestar-se sobre temas relacionados ao Programa de Integridade.~~

Art. 8º A revisão do Programa de Integridade Pública da SEMOB ocorrerá anualmente.

Art. 9º A política de integridade da SEMOB tem como suporte as seguintes normas:

~~I— Constituição Federal;~~

~~II— Lei Orgânica do Distrito Federal;~~

~~III— Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais;~~

~~IV— Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprova, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, o Código de Conduta da Alta Administração; o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo e institui as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências;~~

~~V— Decreto nº 37.302, de 29 de abril de 2016, que estabelece os modelos de boas práticas gerenciais em Gestão de Riscos e Controle Interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal;~~

~~VI— Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;~~

~~VII— Portaria nº 06, de 17 de outubro de 2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal;~~

~~VIII— Portaria nº 50, de 24 de fevereiro de 2021, que institui o Comitê Interno de Governança Pública da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, e dá outras providências;~~

~~IX— ISO 31000:2018 — documento que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações.~~

Art. 10. Os casos omissos ou excepcionais, assim como eventuais esclarecimentos sobre esta Portaria serão resolvidos pelo Comitê Interno de Governança da SEMOB, instituído pela Portaria nº 50, de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação:

ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 344ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, por videoconferência, às 9h00, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 344ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a condução do senhor João Henrique Barbosa, presidente do Conselho. Presentes os conselheiros de Direitos: (1) Representantes Governamentais: Eduardo Chaves, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus (Infância e Adolescência); Marina de Moraes Melo, representante da Casa Civil; Michelle da Costa Martins, representante da Secretaria de Estado de Saúde; Márcia Regina da Paz e Josemar Salviano da Silva, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda; Patrícia Souza Melo, representante da Secretaria de Estado de Educação; Denise Rodrigues Parreira, representante da Secretaria de Estado de Economia; Rodrigo Simões, representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer; William Gualberto Gonçalves de Souza e Gesiele Brito, representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Direitos Humanos). (2) Representantes da Sociedade Civil: João Henrique da Silva Barbosa, representante do Instituto do Carinho e presidente do CDCA; Adriana Camelo Nunes e Silvana da Conceição Araújo, representantes da instituição Assistência Social - Casa Azul; Celiomar Dias de Oliveira, Ariceya Albuquerque e André Souza Santos, representantes da instituição Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Joelma Oliveira Bonfim e Cleyliane Ferreira Lima, representantes do Instituto Futuro e Ação - Ifa; Daise Lourenço Moisés, representante do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal - Cepas; Francisco Rodrigues Corrêa e Rafaela Cristina Lopes Reis, representantes do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - Sintibref/DF; Maria Meire Nascimento da Costa, representante da instituição Lar da Criança Padre Cícero; João Donadon, representante da instituição Casa de Ismael - Lar da Criança; Luiza Martins Costa e

Juliana Miranda Damasceno Monteiro, representantes da instituição Aconhego - Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello, representante da instituição Aldeias Infantis - SOS Brasil; Jhonata Reis de Sousa, representante do Instituto AMBP de Solidariedade - IAMPBS; Milda Lourdes Pala Moraes, representante do Instituto Espírito de Luz - IEL; e Leovane Gregório, representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF - Sindsasc/DF. (3) Demais participantes: Rosana Viegas, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude - PJIJ; Jaime Santana, Secretário Executivo da Sejus; Fernanda Barbosa Granja, do Gabinete do deputado distrital Fábio Félix; Raimundo Nonato dos Santos e Silva, do Gabinete da deputada federal Paula Belmonte; Sílvia Alves, do Instituto AMBP de Solidariedade - IAMPBS; Deiza Carla Medeiros Leite, da Associação Transforma Vidas Ações Sociais e Humanitárias; Mônica Mamede da Silva, do Instituto Cantinho do Girassol; Cláudia Britto, do Instituto Transforme; Adriana Alves da Silva, da Associação Sociocultural São Luís Orione - Asloi; Rodrigo Moreira, do Colégio Mão Amiga João Paulo II; Alice Aragão Bianchini, do Comitê Consultivo de Adolescentes do CDCA; Ana Flávia Freitas, da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo; Thanandra Taiza Pereira Dias, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes; Luiza Arcangela Carneiro, da Unidade de Gestão de Fundos - Ungef; Ana Luiza Borba, secretária executiva do CDCA, Maria Luíza Amarante dos Santos, Christiane Meirelles da Silva Oelmann, Bárbara Neri Almeida de Oliveira, Ingrid Anne Soares de Oliveira, Jonathas Felipe Aires, Sérgio Aparecido Gandra, e Uana Melo Ribeiro da Secretaria Executiva do CDCA.

1. Informes. O presidente abre os trabalhos dando boas-vindas aos conselheiros e destacando os desafios do Conselho para o ano, em especial aos desafios envolvendo a execução do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA. O presidente aproveita para dar suas boas-vindas à secretária executiva do CDCA, recém-nomeada, Ana Luiza Borba. O vice-presidente do Conselho, Eduardo Chaves, também apresenta seu cumprimento ao pleno na abertura dos trabalhos de 2024 reforçando o desafio de estruturar o Conselho objetivando que ele se torne uma referência para a política pública da infância no Distrito Federal.

1.1 Informe da Presidência. O presidente informa que participou de reunião no gabinete da Secretaria Executiva da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus, à convite do secretário executivo Jaime Santana, e que, na oportunidade, dialogaram sobre os desafios do CDCA. Ele informa que tomou conhecimento da paralisação das atividades do Conselho da Assistência Social - CAS que se deu em decorrência da necessidade de melhor estrutura para realizar seus trabalhos, principalmente envolvendo a reduzida equipe técnica, e entende que o CDCA apresenta a mesma problemática. O presidente reforça a necessidade de reestruturação e de atualização legislativa do CDCA e estimula que o Conselho busque articulação junto à Câmara Legislativa buscando solucionar as questões de execução do FDCA, a melhoria de sua estrutura e para que, efetivamente, o Conselho passe a cumprir suas funções. A assessora do deputado distrital Fábio Félix, Fernanda Granja, se apresenta e informa que o gabinete do deputado, na Câmara Legislativa do DF, está à disposição do CDCA para contribuir com os trabalhos visando, especialmente, ao fortalecimento da autonomia do Conselho.

1.2. Informe da Secretaria Executiva. A secretária executiva do Conselho cumprimenta o pleno, agradece ao presidente, ao vice-presidente do Conselho e à equipe da Secretaria Executiva do CDCA pela recepção e pelos trabalhos realizados. Ela informa sobre os compromissos assumidos por ela e pela secretária de Justiça e Cidadania visando ao fortalecimento do CDCA e detalha os trabalhos já realizados em 2024 que objetivaram institucionalizar os procedimentos da Secretaria Executiva, por exemplo, aquisição de plataforma on-line institucional para as reuniões e atualização das ferramentas institucionais para os processos de concessão e de renovação de registro de instituições junto ao CDCA. Ela também informa sobre a ampliação da força de trabalho da Diretoria de Projetos do CDCA e sobre o estabelecimento de política de aproximação entre a Secretaria Executiva e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs que está sendo implementada. A secretária executiva diz estar comprometida com a melhoria da execução do FDCA e se coloca à disposição do Conselho.

2. Aprovação da Ata da 343ª Reunião Plenária Ordinária. Fica aprovada a ata da 343ª Reunião Plenária Ordinária do CDCA.

3. Relato das Comissões. Antes de dar início ao relato das Comissões, o presidente chama atenção para o fato de algumas comissões não terem se reunido em fevereiro por falta de quórum. Ele faz um apelo aos conselheiros de direitos para que compareçam aos compromissos assumidos quando tomaram posse e enfatiza o fato das ausências representarem um desrespeito a todo o sistema de direitos, principalmente, às crianças e aos adolescentes.

3.1 Relatoria da Comissão de Políticas Públicas - Compp. A coordenadora da Comissão, conselheira Luiza Martins, reforça a fala do presidente e expressa sentir que a causa do Conselho está abandonada. A conselheira entende que o cenário de paralisação do CAS pode

ser um norte para o CDCA. A assessora do deputado Fábio Félix corrobora a fala da coordenadora. A coordenadora segue seu relato fazendo a leitura da Recomendação Conjunta nº 02, de 17 de janeiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. A coordenadora, então, apresenta o relato da reunião da Comissão, ocorrida no dia 19 de fevereiro, detalhando as temáticas abordadas, sendo elas: demanda por vagas em creches no DF; crianças com deficiência, especificamente Transtorno do Espectro Autista - TEA; desafios e o papel do Estado na implementação plena do serviço Família Acolhedora no DF. A coordenadora também apresenta o Plano de Ação da Comissão para o ano de 2024, que foi elaborado na reunião. O vice-presidente do Conselho, Eduardo Chaves, reforça a importância de comprometimento do Conselho para que seja dado encaminhamento ao relevante trabalho da Compp. Ele cumprimenta os representantes dos gabinetes do deputado Fábio Félix e da deputada Paula Belmonte e o secretário-executivo da Sejus, Jaime Santana, presentes na reunião, e reforça a importância de que seja estruturada articulação legislativa pelo CDCA. A conselheira Joelma Bonfim cumprimenta a todos e reforça a necessidade de trabalho conjunto entre as Comissões. O presidente dá boas-vindas à representante do MPDFT, promotora Rosana Viegas. A promotora discorre sobre a necessidade de ações de planejamento para que as problemáticas envolvendo a baixa execução do FDCA possam ser superadas, ela dá exemplos de estratégias que poderiam ser utilizadas para promover a execução. Ela entende que a solução envolve a articulação entre as secretarias de Estado e coloca o Ministério Público à disposição do Conselho. A conselheira Patrícia Mello reforça a necessidade de articulação entre diferentes conselhos e destaca que o CDCA não deve focar apenas na execução do FDCA, destacando a importância das diferentes temáticas pelas comissões. Tendo como referência a fala da promotora de justiça, a conselheira Daise Lourenço discorre sobre os protocolos para acesso ao FDCA por meio dos projetos governamentais e daqueles da sociedade civil. A conselheira destaca que o maior problema do CDCA é a necessidade de melhor estruturação da Secretaria Executiva do CDCA - SECDCA e de maior comprometimento pelos conselheiros de direitos. O conselheiro Eduardo Chaves concorda que a legislação está obsoleta mas destaca que a SECDCA nunca teve servidores tão capacitados que se encontram, porém, sobrecarregados, como na maior parte dos órgãos públicos. Ele destaca que a Sejus já se comprometeu a buscar soluções para a melhoria da estruturação da SECDCA mas expressa que muitos dos problemas do CDCA estão relacionados ao não comprometimento dos próprios conselheiros no cumprimento de suas atribuições. O conselheiro destaca a existência do programa governamental de promoção dos direitos da criança e do adolescente, registrado no CDCA, que pode receber projetos propostos pelos diferentes órgãos governamentais. Ele convoca os conselheiros a divulgar o programa em suas secretarias para que submetam projetos. A conselheira Meire apresenta relato sobre a situação das vagas em creches no DF. Ela entende haver divergência entre as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação, que afirma que a fila de creches está sendo atendida, e a situação relatada pela população, que carece de maior celeridade para suprimento da demanda. Deiza Leite entende que qualquer alteração na Lei Distrital nº 5244 de 2013, que dispõe sobre o CDCA-DF, deve estar associada ao fortalecimento da autonomia do Conselho. Deiza aproveita para convidar a coordenadora e a Compp para dialogar sobre projeto do TJDF que envolve a mediação dos processos relacionados à disponibilidade de vagas em creches no DF. Considerando sugestão da assessora Fernanda Granja, o Conselho delibera pelo encaminhamento dos ofícios decorrentes das decisões deliberadas pela Compp, em sua reunião do mês de fevereiro, à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar - CDDHCEPD da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Considerando sugestão da promotora Rosana Viegas, o Conselho delibera por encaminhar, à Comissão de Legislação, sugestão de atualização da Lei Distrital nº 5244 de 2013, que dispõe sobre o CDCA-DF, com vistas ao fortalecimento do Conselho e de sua Secretaria Executiva. A partir de proposta do conselheiro Francisco, o Conselho delibera por encaminhar, à Comissão de Legislação, o assunto da regulamentação da reserva de 40% dos recursos do FDCA para a execução de projetos governamentais, para que a Comissão estude a viabilidade de alteração dessa proporção.

3.2 Relatoria da Comissão de Medidas Socioeducativas - CMSE. A coordenadora da Comissão, Milda Moraes, relata os trabalhos e os encaminhamentos realizados pela Comissão em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro. Ela discorre sobre as temáticas abordadas pela Comissão, sendo elas: critérios de seleção para o Edital Chamamento Público do CDCA para projetos que incluam a temática do sistema socioeducativo; demanda por serviços de atendimento à saúde mental junto às unidades do Sistema Socioeducativo; pesquisa de monitoramento e avaliação de execução de medida socioeducativa; relatório das escutas das unidades de meio aberto em 2023; transporte para os adolescentes do Sistema Socioeducativo; e projetos de atendimento aos egressos do Sistema Socioeducativo. A coordenadora também apresenta o Plano de Ação da Comissão para o ano de 2024, que foi elaborado na reunião. O conselheiro William atualiza o pleno sobre o andamento do processo de aquisição de veículos, projeto governamental da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Considerando sugestão da

assessora do Gabinete do deputado distrital Fábio Félix, o Conselho delibera por encaminhar, à Comissão de Medidas Socioeducativas, sugestão de visita à Unidade Socioeducativa de Semiliberdade de Taguatinga para apuração de denúncia envolvendo o não acesso dos adolescentes aos banheiros da unidade no período noturno. O Conselho delibera que a Comissão de Medidas Socioeducativas irá retomar o acompanhamento do projeto de construção de cozinhas nas unidades socioeducativas. 3.3 Relatoria da Comissão de Formação e Mobilização - Comfmob. A coordenadora adjunta da Comissão, Márcia da Paz, relata os trabalhos e os encaminhamentos realizados pela Comissão em sua reunião ordinária realizada no dia 22 de fevereiro. Ela destaca que a reunião contou com a presença de todos os membros do colegiado e agradece aos conselheiros. Ela apresenta as temáticas abordadas pela Comissão, sendo elas: estruturação da Escola de Conselhos do CDCA, realização de oficina de Diagnóstico Social; proposta de curso de formação continuada para conselheiros tutelares e elaboração de cronograma de campanhas do CDCA. A coordenadora adjunta também apresenta o Plano de Ação da Comissão para o ano de 2024, que foi elaborado na reunião. 3.4 Relatoria da Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes - Cacon. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes não se reuniu no mês de fevereiro. 3.5 Relatoria da Comissão de Legislação - Comlegis.. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Legislação não se reuniu no mês de fevereiro. 3.6 Relatoria da Comissão de Conselho Tutelar - CCT. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Conselho Tutelar não se reuniu no mês de fevereiro. 3.7 Relatoria da Comissão da Primeira Infância. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Primeira Infância não se reuniu no mês de fevereiro. O conselheiro Eduardo Chaves informa que a Comissão de Primeira do CDCA participará da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor sobre políticas públicas para a Primeira Infância, que acontecerá no mês de março. 3.8 Relatoria do Conselho de Administração do FDCA/DF - CAFDCA. A conselheira Denise Parreira, presidente do CAFDCA, informa sobre os trabalhos realizados pelo CAFDCA no mês de fevereiro. A conselheira apresenta, para conhecimento do pleno, a planilha de execução total do FDCA atualizada e sua representação em gráficos (Processo SEI nº 00400-00008792/2021-18). Os conselheiros debatem sobre a divisão dos recursos disponíveis para a realização das despesas nas diferentes frentes de ação do Conselho. Os conselheiros Denise, Eduardo e Daise, em resposta ao conselheiro Francisco, esclarecem sobre os valores disponíveis para o pagamento dos projetos do Edital nº 03/2022 e daqueles disponíveis para o possível lançamento de um novo edital de seleção de projetos e para a execução de projetos governamentais. A representante da Unidade de Gestão de Fundos - Ungef, da Sejus, esclarece aos conselheiros sobre os prazos estabelecidos para pagamento dos projetos do Edital nº 03/2022, informando sobre a meta para o mês de junho de 2024. Ela explica que os projetos estão tramitando neste ano com qualidade e celeridade entre a Diretoria de Projetos e a Ungef, mas ressalta sobre os fatores que podem interferir no andamento de cada processo. A conselheira Daise propõe a criação de metodologia que promova a aproximação entre a área técnica, Diretoria de Projetos do CDCA, e os representantes das OSCs com projetos em análise para construção de soluções de ajustamento dos planos de trabalho e quaisquer outras soluções necessárias para o andamento dos projetos. A diretora de projetos do CDCA, Maria Luiza Amarante, informa que a equipe da Diretoria está empenhada na análise dos projetos e esclarece, à conselheira Daise, que metodologia de aproximação muito similar a sua sugestão já foi implementada pela Diretoria de Projetos em 2024. A conselheira Daise, em nome do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal - Cepas, e o presidente do CDCA se colocam à disposição da diretora para facilitar a intermediação junto às OSCs. O conselheiro Eduardo Chaves, coordenador da Comissão de Seleção, destaca que os membros da Comissão estão disponíveis para facilitar a comunicação entre a área técnica e as OSCs. A diretora Maria Luiza, em resposta à conselheira Milda, informa que os acessos externos aos processos dos projetos são disponibilizados às instituições sempre que solicitado e que verificará a possibilidade de acesso de ofício a todos os processos. A conselheira Milda destaca que a Comissão de Seleção do Edital nº 03/2022 deveria ter encerrado seus trabalhos, considerando que os projetos já foram selecionados, e que o CAFDCA seria responsável pelo acompanhamento da fase atual das análises. A conselheira Milda expressa não concordar com o fato das OSCs serem notificadas para atualização documental, tendo em vista que já apresentaram os documentos na fase de habilitação. A representante da Ungef informa que há necessidade de atualização documental sempre que os trâmites processuais exigirem. O Conselho delibera, conforme proposta da conselheira Milda, por encaminhar, ao CAFDCA, solicitação de estudo sobre a atualização geral dos valores dos projetos aprovados no Edital de Chamamento Público do CDCA nº 03/2022. 4. Ordem do Dia. 4.1. Recomposição da Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. Processo SEI nº 00400-00047774/2022-32. O Conselho delibera pela realização de chamamento público de OSCs registradas no CDCA para escolha das duas representações que comporão a Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. A Secretaria Executiva irá elaborar proposta de minuta do edital. 4.2. Apresentação da atual estrutura da Secretaria

Executiva CDCA. A conselheira Milda questiona a secretária executiva do CDCA, Ana Luiza Borba, sobre a atual estrutura de servidores da SECDCA. Em resposta à conselheira, a secretária executiva informa sobre o quantitativo de servidores e sobre suas atribuições na estrutura da SECDCA e informa sobre o andamento dos processos de projetos em análise pela Diretoria de Projetos - Diproj. Ela destaca que, apesar das melhorias solicitadas e dos reforços já encaminhados, a equipe ainda é reduzida em face do volume de trabalho, mas destaca a competência e a dedicação dos servidores lotados na Secretaria Executiva, em sua maioria, servidores de carreira. A conselheira Milda destaca que a legislação, no que tange a exigência de quantitativo mínimo de servidores lotados na SECDCA, deve ser cumprida. Em resposta à conselheira, a secretária executiva esclarece que, atualmente, doze servidores estão lotados na SECDCA, sendo que dez estão atuando efetivamente, considerando afastamentos. A secretária executiva expressa que não pode responder pelas problemáticas existentes anteriormente a sua posse no cargo, mas que está trabalhando para superar as dificuldades. Ela informa que além da reduzida equipe, o Conselho carece de maior empenho e participação dos conselheiros de direitos. Ela parabeniza a equipe da SECDCA e discorre sobre a não valorização dos servidores lotados no CDCA. O presidente solicita à secretária executiva que encerre a sua fala e que mantenha o tom de diálogo respeitoso entre conselheiros e a Secretaria Executiva, considerando que os conselheiros consideraram sua fala com inclinação belicosa. Ele reforça sua preocupação no sentido de o Conselho continuar seu processo de pacificação e de diálogo entre Governo, Sociedade Civil e servidores, com respeito e sem ofensas. Os conselheiros Milda, Daise, Joelma e Francisco parabenizam a fala do presidente e se sentem contemplados com seu discurso. O conselheiro Francisco sugere à Secretaria Executiva que conheça a história de participação da sociedade civil no CDCA. O presidente informa que irá se reunir com o secretário executivo da Sejus para tratar dos assuntos do Conselho. 4.3. Apresentação de planilha de acompanhamento com o status dos projetos - Edital nº 03/2022. O Conselho delibera que o ponto de pauta foi contemplado no item referente à relatoria do CAFDCA, considerando os esclarecimentos apresentados pela diretora de projetos do CDCA, Maria Luiza Amarante. 4.4. Novo Cronograma - Edital nº 03/2022. O Conselho delibera que o ponto de pauta foi contemplado no item referente à relatoria do CAFDCA. 4.5. Atualização dos valores dos projetos habilitados - Edital nº 03/2022. O Conselho delibera que o ponto de pauta foi contemplado no item referente à relatoria do CAFDCA. 5. Relatoria dos processos de registro. 5.1. Instituto Projetando Cidadania. Solicitação de concessão de registro. Relatoria do Instituto Espírito de Luz. Processo SEI nº 00400-00040153/2023-17. Encaminhamento: O Conselho delibera por aprovar a solicitação de concessão de registro. A decisão se deu em conformidade com o parecer da conselheira relatora, conselheira Milda Moraes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13h30 e eu, Barbara Neri Almeida de Oliveira, diretora de Acompanhamento de Normas e Comissões do CDCA/DF, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. João Henrique Barbosa - Presidente do CDCA/DF.

~~SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER~~

PORTARIA Nº 49, DE 19 DE ABRIL DE 2024

~~Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 25, de 12 de março de 2024.~~

~~A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o artigo 52, inciso XII, da Portaria nº 33, de 23 de novembro de 2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal e dá outras providências, resolve:~~

~~Art. 1º Prorrogar, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho instituído no artigo 1º da Portaria nº 25, de 12 de março de 2024, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.~~

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~GISELLE FERREIRA~~

~~SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL~~

~~SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DIRETORIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E FISCALIZAÇÃO~~

~~DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 327/2023 - SEAGRI/SDA/DISAF/CIP~~

~~Analisando o Processo SEI 00070-00000878/2020-46, verifico que restou configurada a infração, e de acordo com as atribuições previstas no Art. 118 do Decreto nº 36.589/2015, resolvo:~~